

Acordo com credores depende de uma diferença de US\$ 2 bilhões

BRASÍLIA— Cerca de 2 bilhões de dólares separam a proposta dos bancos credores para o refinanciamento da dívida externa brasileira a médio prazo da intenção do Brasil. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, informou ontem que o governo quer 7 bilhões de dólares para o refinanciamento dos juros referentes a 1987, 1988 e parte de 1989. Segundo o ministro, é uma proposta perfeitamente negociável e que representa um grande progresso nos entendimentos com os credores, que consideram 5 bilhões de dólares o montante necessário para o Brasil.

— Trata-se de um fato altamente positivo, porque, pela primeira vez, nos últimos três anos, o Brasil recebe uma proposta completa dos bancos, que contém aspectos que não concordamos, mas demonstra a disposição de negociar — observou Mailson da Nóbrega, acrescentando: “Não vejo como entender essa proposta como negativa”. O ministro espera que dentro de uma semana haja um entendimento sobre o montante a ser liberado.

Os bancos propuseram refinar a dívida antiga com taxas de risco (*spreads*) de 0,875% ao ano, o que o ministro considerou

um índice bastante razoável, pois é pouco superior ao *spread* negociado com o México (0,81%) e representa a metade do que o país está pagando atualmente. Da proposta dos banqueiros consta ainda a fixação de um prazo de 20 anos para o pagamento desse refinanciamento, mas o ministro ressaltou que o Brasil vai tentar negociar um prazo maior, sem especificar em quanto tempo o governo deseja reescalonar a dívida.

Novo pagamento — O governo, segundo o ministro da Fazenda, está disposto a efetuar novos pagamentos — desta vez, referentes aos juros vencidos em janeiro passado e ainda não pagos —, quando se chegar a um consenso sobre o montante que o país precisa para refinanciamento, como demonstração de sua boa vontade em negociar.

Após essa definição, que deverá ocorrer em uma semana, o Brasil começará a discutir as condições em que se dará o pagamento, o que deverá levar mais umas quatro ou cinco semanas, de acordo com as previsões de Mailson, que espera fechar o acordo ainda no primeiro semestre. A demora, após a conclusão das conversas com o comitê assessor dos bancos credores, se dá em conse-

quência do lento trabalho de adesão dos bancos ao acordo.

As negociações em busca de um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo Mailson, deverão se iniciar no final de março. O ministro informou que ainda este mês uma missão brasileira vai aos Estados Unidos discutir assuntos da conjuntura macroeconômica do país com os técnicos do Fundo. O governo, porém, insiste na tese de desvincular o acordo com os bancos credores de um entendimento formal com o FMI.

Para Mailson, a iniciativa dos banqueiros representa o início de uma “nova etapa” na condução da negociação da dívida externa brasileira. O ministro atribui a proposta dos credores a uma “mudança de clima e à nova postura que o governo adotou, que foi a de escolher a cooperação como técnica de negociação, com gestos calculados, que possibilitam um acordo rápido”.

— É um avanço importante — acrescentou o ministro, lembrando que o fechamento dos acordos com os bancos e com o FMI possibilitarão um entendimento fácil com os países membros do Clube de Paris. “Isso é fundamental para a reestruturação da dívida do setor público brasileiro”, completou.